



PLANO DE ATIVIDADES 2026





FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano de Atividades do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM | 2026

EDIÇÃO

2025

ELABORAÇÃO

Gabinete de Qualidade, Avaliação e Instrumentos de Gestão da Divisão de Serviços de

Apoio à Gestão

ENDEREÇO

Caminho do Pináculo, n.º 14, São Gonçalo

9060-236 Funchal

CONTACTOS

Telefone: 291 700 110

Email: srpc@madeira.gov.pt

<http://www.procivmadeira.pt/>



ÍNDICE

1	Introdução	4
2	Enquadramento do Plano de Atividades	5
2.1	Objetivo do Plano de Atividades	5
2.2	Acompanhamento e monitorização	6
3	Enquadramento da Organização	7
3.1	Missão, Visão e Valores	7
3.2	Organograma.....	8
3.3	Política da Qualidade	9
4	Recursos.....	11
4.1	Recursos Humanos	11
4.2	Recursos Financeiros.....	14
4.2.1	Despesa	14
4.2.2	Receitas	15
4.3	Recursos Tecnológicos	17
4.4	Instalações e Património.....	18
5	Formação Profissional.....	19
6	Análise Estratégica	21
6.1	Análise SWOT	21
6.2	Análise dos principais <i>Stakeholders</i> / Partes Interessadas	23
7	Estratégia Organizacional	24
8	Medidas de modernização administrativa.....	26
9	Publicidade Institucional	27
10	Objetivos estratégicos e operacionais	29
10.1	Indicadores previstos no âmbito dos objetivos operacionais (QUAR) ..	31
10.2	Fontes de verificação	34



1 INTRODUÇÃO

Em 2026, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM assume como intenção estratégica reforçar a sua missão central de salvaguarda de pessoas e bens, orientando a sua atuação para uma gestão integrada dos riscos e para o fortalecimento da coordenação operacional do Sistema Regional de Proteção Civil.

O presente Plano de Atividades traduz a vontade de consolidar uma trajetória de eficiência interna e de continuidade estratégica, assegurando a prossecução de objetivos que, em resultado do reajustamento de prioridades ocorrido no exercício anterior, transitam para o atual ciclo de gestão. Esta opção visa garantir a coerência da ação institucional, a preservação dos projetos estruturantes e a utilização rigorosa, responsável e otimizada dos recursos públicos.

A estratégia para 2026 afirma-se, assim, orientada para a excelência operacional, para a modernização dos processos organizacionais e para a qualificação contínua dos recursos humanos e técnicos, materializando o compromisso do SRPC, IP-RAM em assegurar uma resposta cada vez mais eficaz, integrada e alinhada com os exigentes padrões de uma Proteção Civil moderna, resiliente e ao serviço da população da Região Autónoma da Madeira. As atividades aqui propostas encontram-se alinhadas com o previsto no Programa do XVI Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, no que respeita ao capítulo da Segurança e Proteção Civil, bem como com as linhas estratégicas do SRPC, IP-RAM para o período 2025-2027.

Não obstante o presente documento se reportar ao Plano de Atividades para 2026, importa referir que o SRPC, IP-RAM submeteu, no último trimestre de 2025, uma proposta de alteração dos seus Estatutos. Aquando da sua aprovação, e em função da reorganização interna dela decorrente, o Plano de Atividades, bem como o QUAR em anexo, serão devidamente ajustados de modo a refletirem a nova realidade orgânica e funcional do Serviço.



2 ENQUADRAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES

2.1 OBJETIVO DO PLANO DE ATIVIDADES

O Plano de Atividades do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM) para o ano de 2026 consubstancia o instrumento de planeamento e gestão estratégica deste Instituto, visando a materialização dos objetivos operacionais em estrita conformidade com o quadro legal e regulamentar vigente. O documento assegura o cumprimento dos preceitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, bem como a observância das orientações do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Regional Autónoma da Madeira (SIADAP - subsistema 1), regulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na sua redação atual.

O presente Plano reflete o alinhamento com as prioridades estratégicas e as políticas públicas definidas no Programa do XVI Governo Regional da Madeira, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2025/M, de 05 de maio, garantindo a convergência da missão deste Instituto com os desígnios da tutela.

Na vertente da gestão anual, este documento assume um caráter dinâmico e orientador. A sua execução será objeto de uma monitorização sistemática e de uma avaliação contínua, metodologia que permitirá a deteção atempada de eventuais desvios face às metas preconizadas. Este acompanhamento é condição fundamental para a implementação de medidas corretivas, assegurando a eficácia e a eficiência na utilização dos recursos públicos e a concretização dos objetivos definidos.

Para o ciclo de gestão de 2026, o Plano visa reforçar a cultura de rigor, transparência e responsabilização transversal a todas as unidades do SRPC, IP-RAM. O foco incidirá na definição de indicadores de desempenho e metas quantificáveis, promovendo o compromisso dos trabalhadores e dirigentes na prossecução da estratégia global do Instituto.

Adicionalmente, o documento procede à identificação clara das unidades orgânicas responsáveis pela execução das diversas ações, garantindo uma coordenação interdepartamental eficiente e um controlo de gestão adequado ao nível de exigência que a missão da Proteção Civil impõe.



2.2 ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

O processo de acompanhamento e monitorização do Plano de Atividades constitui um instrumento de gestão, fundamental para garantir a execução da estratégia definida e o cumprimento da missão organizacional. Este processo visa assegurar a aplicação dos princípios da economia, eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos, promovendo uma cultura de melhoria contínua.

A metodologia adotada alinha-se com o ciclo de gestão anual e com os subsistemas de avaliação de desempenho (SIADAP), garantindo que os objetivos estratégicos e operacionais são escrutinados de forma regular.

A monitorização é um processo participativo e transversal que envolve:

- **As Unidades Orgânicas:** Responsáveis pela recolha primária de dados, evidências e reporte do progresso físico e financeiro das iniciativas sob sua alçada.
- **A Gestão de Topo:** Responsável pela análise crítica dos resultados, validação do grau de execução e tomada de decisão estratégica sobre reajustamentos necessários.

Este modelo fomenta o alinhamento permanente entre as diversas áreas e a direção, permitindo uma visão integrada do desempenho deste Instituto.

PERIODICIDADE DA MONITORIZAÇÃO

De forma a garantir um controlo de gestão tempestivo, estabelece-se a seguinte periodicidade de monitorização:

- **Monitorização Trimestral:** Aplicável à generalidade dos indicadores e metas, permitindo a deteção precoce de desvios e a sinalização de constrangimentos operacionais ou orçamentais.
- **Avaliação Semestral (Intercalar):** Elaboração de uma revisão consolidada a meio do ciclo, fundamental para fundamentar eventuais decisões de reformulação de atividades/indicadores ou metas.
- **Avaliação Anual:** Aferição final que culmina na elaboração do Relatório de Atividades.

GESTÃO DE DESVIOS E MEDIDAS CORRETIVAS

O sistema de monitorização instituído assegura que, sempre que se verifiquem desvios significativos face às metas traçadas, sejam elas por fatores endógenos (ex: recursos humanos, logística) ou exógenos (ex: alterações legislativas, contexto socioeconómico), serão aplicadas medidas de correção ou reformulação. Estes podem incluir a realocação de recursos, a redefinição de prioridades ou a implementação de planos de recuperação específicos, assegurando que o Plano de Atividades se mantém ajustado à realidade.

3 ENQUADRAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

3.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES



MISSÃO

Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens.

VISÃO

Serviço de Proteção Civil Moderno, Eficiente, Eficaz e Participativo.

VALORES

*Eficácia e prontidão no socorro às populações;
Equidade na assistência às populações;
Competência dos operacionais;
Abrangência na comunicação com as populações;
Rigor na precursão dos objetivos.*

Figura 1 Missão, Visão e Valores

3.2 ORGANOGRAMA

A atual organização do Serviço Regional Proteção Civil, IP-RAM decorre da terceira alteração à orgânica do SRPC, IP-RAM, aprovada em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/M, de 25 de julho, publicado em Diário da República, 1.ª série, n.º 147, de 1 de agosto, consubstanciado através da Portaria n.º 247/2022, de 13 de maio, publicado em JORAM, 1.ª série, n.º 86, de 18 de maio, das Secretarias Regionais das Finanças e de Saúde e Proteção Civil, que revoga a Portaria n.º 343/2019, de 7 de abril, da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Saúde, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 89, de 5 de junho, e aprova os novos estatutos do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM.

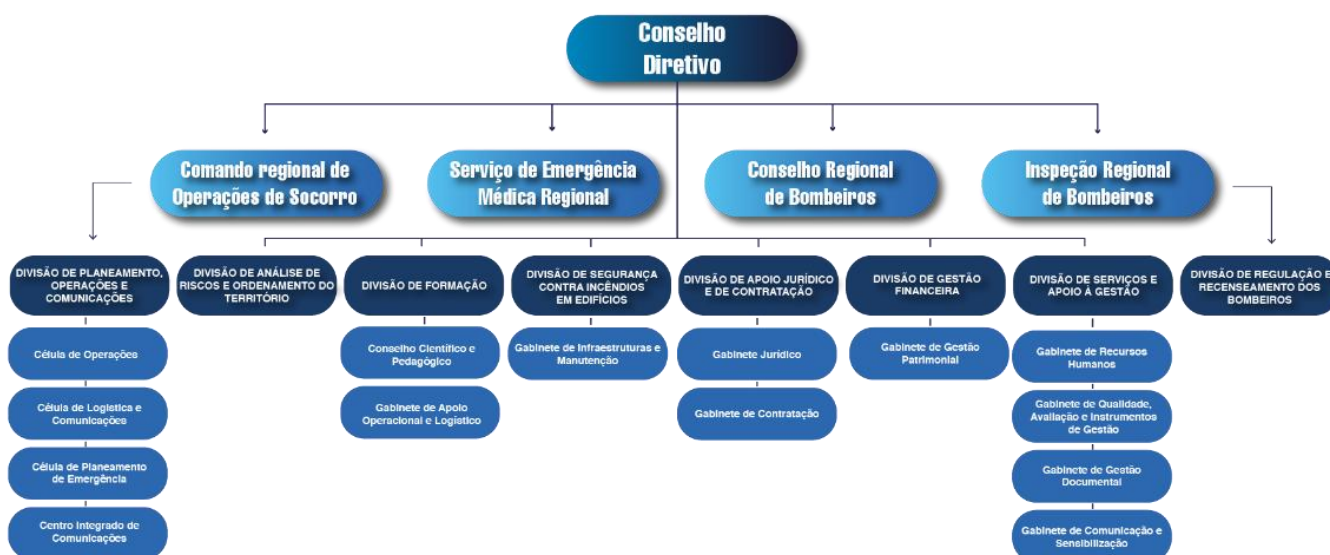


Figura 2 Organograma

3.3 POLÍTICA DA QUALIDADE

O SRPC, IP-RAM assume a Qualidade como um eixo fundamental e transversal a toda a sua atuação, reiterando o compromisso com a eficiência na prestação de serviços de proteção e socorro. Para o presente ciclo de gestão, a estratégia centra-se na estrita observância da norma NP EN ISO 9001:2015 e na consolidação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que seja simultaneamente robusto e ágil. Este sistema atua como motor de modernização administrativa e suporte à decisão, assegurando, em permanência, os elevados padrões de exigência que caracterizam a Proteção Civil da RAM.

ÂMBITO *O Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM aplica*

todos os requisitos do referencial da norma NP EN ISO 9001:2015, à Coordenação dos Agentes de Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente: Apoio e Inspeção aos Corpos de Bombeiros, Resposta a Pedidos de Socorro e Emergência Médica, Organização do Sistema Regional de Aviso e Alerta, Autoridade Regional no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios, Conceção e Operacionalização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, Formação e Sensibilização para os Agentes de Proteção Civil e População.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A operacionalização da Política da Qualidade e a concretização dos objetivos estratégicos do SRPC, IP-RAM regem-se, de forma vinculativa, pelos seguintes princípios orientadores:

- **Contexto e Gestão de Risco:** A contextualização das questões internas e externas relevantes, a gestão das partes interessadas e a identificação proativa de riscos e oportunidades;
- **Melhoria Contínua:** A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;

- **Eficiência na Gestão:** A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- **Modernização Administrativa:** A desburocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- **Valorização do Capital Humano:** A responsabilização, reforço de competências, formação contínua, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- **Prestígio Institucional:** A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional;
- **Foco no Cidadão e Legalidade:** A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.



Figura 3 Política da Qualidade



CICLO DE CERTIFICAÇÃO

No seguimento da renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, o ano de 2026 será marcado pela realização da 2.^a Auditoria de Acompanhamento, pela entidade certificadora. Esta auditoria visa validar a conformidade dos processos administrativos com os requisitos da norma aplicável, constituindo, simultaneamente, uma oportunidade crítica para demonstrar a maturidade dos processos implementados e a capacidade de resiliência organizacional face aos desafios operacionais. Pretende-se, deste modo, evidenciar que o SGQ se encontra plenamente integrado nas rotinas diárias do Serviço e que constitui um instrumento efetivo de suporte à missão de proteção e socorro.

Complementarmente à avaliação externa, será realizada uma auditoria interna, enquanto obrigação normativa fundamental, destinada a avaliar se o Sistema de Gestão da Qualidade se mantém conforme com os requisitos da Norma e com os referenciais definidos pela própria organização, bem como se se encontra eficazmente implementado e mantido. A sua realização, prevista para momento anterior à auditoria externa, permitirá fornecer à Gestão de Topo informação objetiva e fiável sobre o desempenho dos processos, assegurando a monitorização contínua do sistema e promovendo uma lógica de melhoria permanente, e não apenas de preparação para momentos de avaliação externa.

FOCO NA EXCELÊNCIA E NAS PARTES INTERESSADAS

A certificação do SRPC, IP-RAM constitui um alicerce fundamental para a garantia da confiança pública. Neste sentido, a política de qualidade para este ano económico centra-se na satisfação das partes interessadas, com primazia para o cidadão e para os agentes de proteção civil. Através de uma gestão baseada em factos e na melhoria contínua, a organização compromete-se a atuar de forma proativa, assegurando eficiência operacional, transparência e uma resposta de elevada qualidade às necessidades de segurança da Região.

4 RECURSOS

4.1 RECURSOS HUMANOS

O capital humano constitui o ativo mais estratégico do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM. A prossecução da missão de proteção e socorro exige não apenas a disponibilidade de recursos tecnológicos e infraestruturais adequados, mas, sobretudo,



a existência de equipas qualificadas, motivadas e devidamente dimensionadas face às competências legalmente atribuídas a este Instituto.

Para o ano de 2026, a política de gestão de recursos humanos orientar-se-á pelos princípios da estabilidade dos quadros, da valorização e desenvolvimento das carreiras e da otimização da afetação de efetivos às diferentes unidades orgânicas, promovendo o reforço das capacidades internas e assegurando uma resposta eficaz, integrada e sustentável, quer na vertente administrativa, quer na vertente operacional.

A caracterização detalhada do mapa de pessoal, com a sistematização da distribuição dos trabalhadores por unidade orgânica e respetiva carreira e categoria profissional, apresenta-se no quadro seguinte:

Tabela 1 Mapa de Pessoal do SRPC, IP-RAM

CARREIRA/CARGO	CD	IRB	DPOC	DRRB	DF	DAROT	DSCIE	DSAG	DAJC	DGF	TOTAL
Direção Superior	2										2
Direção Intermédia		1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Técnicos Superiores		1	7	1	4	1	6	3	3	3	29
Técnicos de Sist. e Tecn. de Informação			1								1
Coordenadores Técnicos								2			2
Assistentes Técnicos			20	1	3			2	1	1	28
Assistentes Operacionais				1	3			3			7
TOTAL	2	2	29	4	11	2	7	13	5	4	78

Numa ótica de cooperação institucional e gestão flexível de recursos, a atual estrutura de pessoal contempla situações específicas de mobilidade, destacamento e requisição, permitindo o ajuste de competências às necessidades operacionais.

Relativamente a estes movimentos, à data do presente plano, registam-se as seguintes situações:

RECURSOS HUMANOS EXTERNOS:

- 2 Trabalhadores em regime de destacamento, provenientes da Secretaria Regional de Educação;
- 1 Trabalhador em regime de requisição, proveniente da Secretaria Regional de Educação.

AFETAÇÃO EXTERNA E SUSPENSÃO DE FUNÇÕES:

- 2 Trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do SRPC, IP-RAM a exercer funções noutros organismos em regime de mobilidade;
- 1 Trabalhador em situação de licença sem vencimento de longa duração.

No SRPC, IP-RAM, integra ainda, o Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER) que engloba as valências de socorro pré-hospitalar (EMIR) e de triagem qualificada (STAT). Para assegurar esta operacionalidade, o SRPC, IP-RAM conta nos seus quadros, em regime de acumulação de funções, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março, na sua redação atual, com um total de 50 operacionais de saúde.

Estes profissionais, médicos e enfermeiros, garantem uma resposta de elevada especialização técnica 24 horas por dia, distribuindo-se funcionalmente da seguinte forma:

Tabela 2 Mapa de Pessoal do SEMER

SEMER	EMIR	STAT	EMIR/STAT	Total
Médicos	18	--	--	18
Enfermeiros	2	20	10	32
Total	20	20	10	50

Não obstante as reorganizações funcionais implementadas, o SRPC, IP-RAM confronta-se ainda com carências de recursos humanos em áreas específicas, decorrentes, em larga medida, do fluxo natural de aposentações e da necessidade de reforço da capacidade operacional e administrativa em várias áreas.

Para mitigar estas lacunas e assegurar a continuidade de tarefas, este Instituto tem recorrido, a título complementar, a programas de emprego promovidos pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM. Contudo, esta solução não substitui a necessidade de consolidação do quadro de pessoal.

Nesse sentido, o levantamento das necessidades efetivas será consubstanciado na proposta de mapa de pessoal para o ano de 2026, a submeter à apreciação de Sua Excelência a Secretária Regional de Saúde e Proteção Civil.

Importa sublinhar que a satisfação destas pretensões carece ainda da disponibilização de vagas no Mapa Regional Consolidado de Recrutamentos, conforme



previsto na alínea c) do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na sua redação atual, diploma que adapta a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Região Autónoma da Madeira, e apenas poderá concretizar-se mediante aprovação do membro do Governo Regional com a tutela das finanças, ou ao abrigo das exceções previstas alínea b) do n.º 2, do artigo 14.º do referido diploma legal.

4.2 RECURSOS FINANCEIROS

A proposta de orçamento para 2026 materializa financeiramente os objetivos estratégicos e operacionais definidos no presente Plano de Atividades, garantindo a sustentabilidade da estrutura e a sua execução.

4.2.1 DESPESA

Na análise da despesa da proposta de orçamento inicial do SRPC, IP-RAM, constata-se que as atividades afetas ao funcionamento ascendem a um total de €10 056 162,00.

Este montante encontra-se desagregado nas seguintes rubricas: € 5 369 838,00 para despesas com pessoal, € 1 165 113,00 para aquisições de bens e serviços, € 1 760 000,00 para transferências correntes e € 1 744 047,00 para a aquisição de bens de capital.

No que respeita à vertente de projetos, propõe-se um financiamento global no montante de € 18 946 478,00.

A decomposição deste investimento prevê a afetação de € 5 278 529,00 à aquisição de bens e serviços correntes e € 7 999 893,00 a transferências o valor de € 5 668 056,00 será alocado à realização de despesas de capital.

Tabela 3 Quadro de Despesa

Orçamento por atividades - Funcionamento		Proposto 2026
Despesas Correntes		
Pessoal		5 369 838,00
Aquisição de bens e serviços		1 165 113,00
Transferências		1 760 000,00
Outras		17 164,00
Despesas de Capital		
Aquisição de bens de Capital		1 744 047,00
Transferências		--
Subtotal		10 056 162,00



Orçamento por atividades - Projetos

Despesas Correntes	
Aquisição de bens e serviços	5 278 529,00
Transferências	7 999 893,00
Despesas de Capital	
Aquisição de bens de Capital	5 668 056,00
Transferências	
Subtotal	18 946 478,00
Total	29 022 640,00

Em suma, e agregando as vertentes de funcionamento e projetos, a proposta de orçamento inicial do SRPC, IP-RAM para 2026 apresenta uma despesa total consolidada de € 29 002 640,00.

Tabela 4 Quadro de Despesa II

Proposto 2026	
Despesas Suportadas	
Transferências do Orçamento Regional	17 065 316,00
Receitas Próprias do SRPC IP-RAM	4 907 500,00
Fundo de Coesão	750 000,00
Financiamento da União Europeia	6 279 824,00
Total	29 002 640,00

4.2.2 RECEITAS

A projeção de receita inicial do SRPC, IP-RAM para o ano de 2026 totaliza € 29 002 640,00, repartida entre as atividades de funcionamento do Instituto, no valor de € 10 056 162,00, e a componente de projetos, no valor de € 18 946 478.

O financiamento destas atividades é assegurado por diversas fontes, destacando-se as taxas incidentes sobre os prémios de seguros cobrados na RAM e outras taxas (como a restituição do Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA), num total de € 4 907 500,00. Acrescem as transferências do Governo Regional (€ 17 065 316,00), os fundos de coesão (€ 750 000,00) e o financiamento da União Europeia (UE) (€ 6 279 824,00).

No que diz respeito à receita destinada ao funcionamento, a proposta contempla € 4 018 824,00 provenientes de taxas, multas e outras penalidades. Estão igualmente



previstas transferências correntes do Governo Regional no montante de € 5 369 838,00 e outras receitas correntes no valor de € 667 500,00.

Complementarmente, encontra-se inscrito o montante de € 18 946 478,00 destinado a projetos no orçamento de 2026 do SRPC, IP-RAM.

Tabela 5 Quadro de Receita

Orçamento por atividades - Funcionamento		Proposto 2026
Receitas Correntes		
Taxas, multas e outras penalidades		4 018 824,00
Transferências correntes		5 369 838,00
Outras Receitas Correntes		667 500,00
Receitas de Capital		
Transferências de Capital		
Subtotal		10 056 162,00
Orçamento por atividades - Projetos		
Receitas Correntes		
Taxas, multas e outras penalidades		221 176,00
Transferências correntes		13 807 996,00
Receitas de Capital		4 917 306,00
Transferências de Capital		
Subtotal		18 946 478,00
Total		29 002 640,00

Em suma, e agregando as vertentes de funcionamento e projetos, a proposta de orçamento inicial apresenta uma receita total consolidada de € 29 002 640,00.

Tabela 6 Quadro de Receita II

Proposto 2026	
Receitas Provenientes	
Transferências do Orçamento Regional	17 065 316,00
Receitas Próprias do SRPC IP-RAM	4 907 500,00
Fundo de Coesão	750 000,00
Financiamento da União Europeia	6 279 824,00
Total	29 002 640,00



4.3 RECURSOS TECNOLÓGICOS

As tecnologias e sistemas de informação constituem, na atualidade, alicerces fundamentais da atividade de proteção civil, sendo determinantes para a celeridade da tomada de decisão e para a eficácia da coordenação operacional. Ciente desta centralidade, o SRPC, IP-RAM orienta a sua estratégia tecnológica para 2026 em três vetores estruturantes: a modernização dos sistemas de comando, a garantia da segurança da informação e a fiabilidade das comunicações.

SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO E GESTÃO DE EMERGÊNCIAS

No que concerne às ferramentas de suporte operacional, o ciclo de 2026 será marcado pelo robustecimento da infraestrutura de comando. Destaca-se a conclusão do processo de implementação do NADAIR e a requalificação tecnológica do CROS, que culminará na inauguração de um novo Centro de Situação e Gestão de Emergências, dotado de características técnicas compatíveis com as exigências atuais de monitorização e resposta.

Simultaneamente, proceder-se-á ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Operações (SGO) da RAM, projeto que visa a adaptação da doutrina nacional e internacional à especificidade regional, harmonizando procedimentos de gestão. Esta arquitetura será complementada pela consolidação do *Intelligence Hub*, plataforma que integrará novas tecnologias de gestão de emergências, congregando capacidades de monitorização, comunicação de risco, alerta especial e aviso à população.

CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

A segurança da informação assume um carácter prioritário na gestão de infraestruturas críticas. A crescente digitalização das operações exige uma postura proativa face a riscos que podem comprometer a continuidade de serviços essenciais. Nesse contexto, o SRPC, IP-RAM prosseguirá com a implementação das normas decorrentes da Diretiva NIS2, reforçando os requisitos de proteção, resposta a incidentes e gestão de riscos, salvaguardando a resiliência operacional do Instituto.

REDE DE COMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA (SIRESP)

O Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) permanece como o garante das comunicações táticas do dispositivo de resposta. O SRPC, IP-RAM assegurará o acompanhamento da evolução da rede e a manutenção do parque de terminais distribuídos pelos Agentes de Proteção Civil. O objetivo primordial é garantir a



plena operabilidade dos equipamentos e a fiabilidade da cadeia de comando em teatro de operações.

4.4 INSTALAÇÕES E PATRIMÓNIO

O SRPC, IP-RAM, constituído como Instituto Público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mantém a sua sede no Caminho do Pináculo, n.º 14, freguesia de São Gonçalo, concelho do Funchal.

A infraestrutura central deste Serviço integra o edifício-sede (construído em 2013), o Heliporto (operacional desde 2018) e o complexo de formação prática. Este último tem sido alvo de contínuo investimento, dispondo de diversos cenários e unidades complementares essenciais para dar resposta às exigentes necessidades formativas dos agentes de proteção civil.

No que concerne ao património descentralizado, o SRPC, IP-RAM detém a titularidade dos edifícios do Quartel do Corpo de Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol e do Quartel do Corpo de Bombeiros do Porto Santo. Para 2026, a estratégia de gestão patrimonial prevê a continuidade das intervenções de manutenção preventiva e corretiva nestes imóveis, bem como a consolidação da implementação das respetivas Medidas de Autoproteção (MAP), garantindo a segurança e a conformidade legal das infraestruturas críticas de socorro.

Relativamente ao parque móvel, o Instituto detém atualmente o registo de propriedade de um total de **106** viaturas. Esta frota encontra-se, na sua esmagadora maioria, cedida aos Corpos de Bombeiros para operações de proteção e socorro, mantendo-se as restantes unidades afetas ao apoio logístico, operacional e administrativo deste Serviço.

Para o ano de 2026, o SRPC, IP-RAM renova o seu compromisso com a modernização das infraestruturas e meios, destacando-se as seguintes prioridades:

- **Valorização do Complexo de Formação:** Continuação da requalificação e apetrechamento dos espaços de formação (incluindo o Edifício de Apoio), visando dotar a escola de proteção civil de condições de excelência para a instrução teórica e prática;
- **Otimização de Cenários Operacionais:** Criação e manutenção de cenários de treino que simulem com realismo os novos desafios da proteção civil;



- **Racionalização da Frota Automóvel:** Aquisição de duas viaturas de transporte de passageiros (9 lugares), destinadas ao apoio logístico das atividades do serviço. Esta medida visa otimizar o transporte de equipas, reduzindo a dispersão de meios e promovendo a eficiência operacional;
- **Eficiência e Sustentabilidade:** Adoção de soluções de manutenção que promovam a eficiência energética e a funcionalidade dos edifícios sede e periféricos.

5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional na Administração Pública é um elemento essencial para o desenvolvimento de competências e a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que tem como objetivo garantir a qualificação dos trabalhadores, promovendo uma gestão eficaz dos recursos humanos e a inovação nas práticas administrativas.

As diretrizes estabelecidas pelo decreto orientam a organização, execução e avaliação das atividades formativas, permitindo que os trabalhadores adquiram e aprimorem competências para o desempenho das suas funções. Entre os principais objetivos da formação, destacam-se:

1. **Desenvolvimento de Competências:** A formação deve abranger não apenas as competências técnicas específicas de cada área, mas também habilidades interpessoais e de gestão, que são cruciais para o desempenho no setor público.
2. **Qualidade e Eficácia:** A implementação de ações formativas regulares contribui para a modernização da Administração Pública, assegurando que os trabalhadores estejam sempre atualizados em relação às melhores práticas e inovações.
3. **Promoção de Carreiras:** A formação contínua é um fator determinante para a progressão na carreira, permitindo aos profissionais almejar posições de maior responsabilidade e complexidade.
4. **Integração e Colaboração:** A formação incentiva a partilha de conhecimentos entre diferentes serviços e áreas, promovendo uma cultura de colaboração e integração no âmbito da Administração Pública.

Neste contexto, o plano de formação do SRPC, IP-RAM para o período de 2025-2027 apresenta um levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores deste

Instituto, realizado através da auscultação das várias unidades orgânicas. Este levantamento representa um compromisso da organização, enquanto entidade empregadora, no sentido de procurar, em colaboração com as entidades formadoras, definir um conjunto de ações que respondam a essas carências e que estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos pelo decreto supramencionado.

Com este esforço, pretendemos capacitar os nossos trabalhadores e promover um ambiente de trabalho que valorize a aprendizagem contínua e a excelência no serviço público.

Apresentam-se, neste ponto, alguns indicadores do Plano de Formação para 2025 a 2027, o qual se encontra integralmente reproduzido em anexo. Este plano é dinâmico e pode ser alterado sempre que se justifique, nomeadamente novas necessidades de formação, admissão de novos trabalhadores ou participação de elementos de outros serviços públicos.



Figura 4 Formação 2025 – 2027

Em 2026, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM consolidará a sua política de investimento na formação interna, reafirmando o compromisso com a atualização contínua de competências em áreas transversais à Administração Pública. A estratégia para este ano visa aprofundar as competências dos trabalhadores em matérias estruturantes, garantindo a continuidade das ações formativas sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), a Contratação Pública e a Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.



Paralelamente, será renovada a aposta nas "Oficinas de Proteção Civil", um formato dinâmico de sensibilização dirigido não só aos agentes de proteção civil, mas transversalmente a todos os trabalhadores do Instituto. Estas oficinas manterão o foco na promoção de uma cultura de segurança e bem-estar organizacional, abordando temáticas essenciais como a segurança contra incêndios em edifícios, medidas de autoproteção, cibersegurança, gestão de riscos psicossociais, saúde e bem-estar no trabalho, bem como a sustentabilidade ambiental. Com estas iniciativas, pretende-se reforçar a resiliência institucional e incentivar a adoção de boas práticas que garantam um ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

6 ANÁLISE ESTRATÉGICA

6.1 ANÁLISE SWOT

A elaboração do presente Plano de Atividades alicerçou-se num escrutínio da realidade atual do SRPC, IP-RAM, materializado numa análise SWOT abrangente. Este instrumento de gestão permitiu mapear os fatores internos e externos que condicionam a performance do Serviço, resultando num diagnóstico partilhado pelas diversas Unidades Orgânicas.

Os resultados, detalhados na Tabela 7, sintetizam 24 forças e 11 fraquezas no plano interno, conjugadas com 11 oportunidades e 11 ameaças no cenário externo. A análise sublinha a qualificação técnica e o compromisso dos colaboradores como os pilares de sustentabilidade da organização.

Em termos prospetivos, a estratégia para 2026 orienta-se para a conversão das oportunidades de crescimento em alavancas para a superação das fraquezas diagnosticadas. No que tange às ameaças, a estratégia delineada privilegia a resiliência organizacional e a capacidade de adaptação face a cenários adversos.



Tabela 7 Análise SWOT

Strenghts (Forças)	Weaknesses (Fraquezas)
Opportunities (Oportunidades)	Threats (Ameaças)



6.2 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS *STAKEHOLDERS* / PARTES INTERESSADAS

O planeamento estratégico para 2026 reconhece a importância central das Partes Interessadas (*Stakeholders*) no ecossistema de proteção civil. Estes atores, ao influenciarem ou serem impactados pela atividade do SRPC, IP-RAM, desempenham um papel determinante na concretização dos objetivos operacionais. A gestão proativa destas relações é fundamental para potenciar sinergias, antecipar desafios e garantir um alinhamento institucional robusto. A identificação e categorização destes, constam da figura seguinte:

Tabela 8 Stakeholders I

Stakeholders Internos

- Transferências Conselho Diretivo;
- Dirigentes;
- Trabalhadores;
- Conselho Científico e Pedagógico;
- Conselho Regional de Bombeiros;
- Inspeção Regional de Bombeiros (IRB);
- Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER);
- Comando Regional de Operações de Socorro (CROS).

Stakeholders Externos Regionais Públicos

- Governo Regional da Madeira;
- Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil;
- Secretaria Regional de Finanças;
- Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Câmaras Municipais;
- Comissão Regional de Proteção Civil;
- Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM;
- Direção Regional de Estradas;
- Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;
- Direção Regional do Equipamento Social e Conservação;
- Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;
- Direção Regional da Administração Pública;
- Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM;
- Direção Regional de Informática;
- Universidade da Madeira;
- Inspeção Regional das Finanças.



Tabela 9 Tabela 8 Stakeholders II

Stakeholders Externos Regionais Privados com e sem fins lucrativos

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Águas e Resíduos da Madeira, S. A.; • Aeroportos da Madeira e Porto Santo; • Altice Portugal; • Agentes Hoteleiros; • ANACOM; • Associação de Municípios da RAM; • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários; • Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A.; • Comunicação Social; • Comunidade Educativa; | <ul style="list-style-type: none"> • Delegação da Madeira da CVP; • Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.; • Federação dos Bombeiros da RAM; • Gáslink S.A.; • Operadores de Telecomunicações; • População flutuante (turistas); • População residente; • SANAS Madeira; • VIAEXPRESSO; • VIALITORAL; • Corpos de Bombeiros; • SESARAM, EPERAM. |
|---|--|

Stakeholders Externos Nacionais

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Associação Nacional de Bombeiros; • APSEI - Associação Portuguesa de Segurança; • Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; • Autoridade Marítima; • Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; • Escola Nacional de Bombeiros; | <ul style="list-style-type: none"> • Forças Armadas; • Forças e Serviços de Segurança; • Instituto Nacional de Emergência Médica; • Liga dos Bombeiros Portugueses; • Regimento dos Sapadores de Lisboa; • Tribunal de contas; • Inspeção Geral de Finanças; • APCER - Associação Portuguesa de Certificação. |
|---|---|

7 ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Para o ciclo de gestão de 2026, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, estabelece como desígnio estratégico a consolidação de um sistema de proteção e socorro resiliente, integrado e de elevada prontidão, primariamente orientado para a salvaguarda de pessoas e bens na Região Autónoma da Madeira.

As grandes linhas de atuação para este período derivam de um diagnóstico de contexto, alicerçado em ferramentas de gestão estratégica — nomeadamente a Análise SWOT e a auscultação das Partes Interessadas (*Stakeholders*). Este exercício analítico permitiu o alinhamento dos recursos do Instituto com os desafios emergentes, definindo um rumo que privilegia a antecipação, a inovação tecnológica e a proximidade ao cidadão.

A atuação institucional pautar-se-á pelo robustecimento dos mecanismos de coordenação e pela otimização da estrutura interna. Neste âmbito, assume particular relevo a revisão da orgânica do SRPC, IP-RAM, ajustando a organização às necessidades



atuais e aos complexos desafios do Sistema de Emergência e Proteção Civil. Esta reorganização prosseguirá, simultaneamente, com o processo de "*Capabilities*" em curso, assegurando a valorização e a capacitação contínua dos recursos humanos.

Paralelamente, preconiza-se o início de um processo de reflexão estratégica visando a otimização do modelo organizativo dos Corpos de Bombeiros, salvaguardando a sustentabilidade e a complementaridade entre os regimes profissional e voluntário. A estratégia de coordenação estende-se ainda à maximização de sinergias operacionais, promovendo o envolvimento efetivo das forças de empenhamento permanente — designadamente o SANAS, a Cruz Vermelha Portuguesa e a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da GNR — numa matriz integrada de resposta.

Na vertente operacional, a prioridade recai sobre a excelência na resposta ao socorro, estruturada em três eixos fundamentais:

- **Emergência Pré-Hospitalar:** Reforço do Sistema Integrado de Emergência Médica, com foco na otimização da eficácia e dos tempos de resposta através da aplicação rigorosa da Triagem de Manchester;
- **Dispositivo Aéreo:** Valorização das Brigadas Helitransportadas, mediante a otimização de equipamentos e a ampliação do seu espectro de intervenção para tipologias operacionais que transcendam os incêndios rurais;
- **Competências Especializadas:** Incremento da capacitação de equipas diferenciadas em domínios críticos, nomeadamente em matérias perigosas, busca e resgate em estruturas colapsadas, intervenção em plano de água e resgate em montanha.

Reconhecendo o capital humano como ativo estratégico, o plano para 2026 incorpora uma forte componente de inovação pedagógica. Com a previsão de 385 ações de formação (totalizando 12.455 horas para um universo estimado de 5.542 formandos), destaca-se a integração de realidade virtual e simuladores de última geração no Centro de Formação Técnica. Serão ainda fomentados centros de competência especializados (túneis e montanha) e promovidos intercâmbios internacionais apoiados por fundos comunitários.

Em sede de planeamento e prevenção, destacam-se as seguintes iniciativas prioritárias:

- Realização de um teste pioneiro ao Plano Regional de Emergência de Proteção Civil (PREPCRAM);



- Aprovação dos Planos Prévios de Intervenção (PPI) para infraestruturas críticas (Via Rápida e Aeroporto do Porto Santo);
- Criação da Plataforma Regional para a Redução do Risco de Catástrofes;
- Gestão contínua do Sistema Regional de Aviso e Alerta e exercício de autoridade em Segurança Contra Incêndios em Edifícios;
- Início da certificação de módulos operacionais no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

A operacionalização desta estratégia encontra-se devidamente enquadrada no Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), regulado na Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto. É através do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que os objetivos estratégicos se declinam em metas mensuráveis, garantindo o alinhamento entre a missão institucional e o desempenho individual.

Desta forma, o SRPC, IP-RAM consolida uma gestão orientada para resultados e transparência, assegurando que cada iniciativa contribui para uma administração pública mais eficiente e para uma Região mais segura.

8 MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, na sua redação atual, apresentam-se as linhas estratégicas de modernização administrativa que nortearão a atuação deste Serviço.

Em 2026, o SRPC, IP-RAM orienta a sua estratégia de modernização para a mobilidade, a inclusão digital e a ciber-resiliência. O objetivo é transitar de uma lógica de serviços apenas desmaterializados para um ecossistema de trabalho colaborativo e acessível, garantindo que a tecnologia serve todos os cidadãos e potencia a flexibilidade operacional das equipas.

Com vista ao alcance destes objetivos, será adotado o seguinte conjunto de medidas:

- **Implementação de Ferramentas de Trabalho Colaborativo:** Adoção plena de plataformas colaborativas e soluções *cloud*, permitindo uma maior mobilidade das equipas, a partilha de informação em tempo real e a flexibilização dos processos administrativos e operacionais;



- **Garantia de Acessibilidade Digital:** Adaptação dos canais digitais e portais institucionais às novas normas de acessibilidade web, assegurando que os serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM são inclusivos e sem barreiras para cidadãos com necessidades especiais;
- **Reforço da Segurança e Ciber-resiliência:** Otimização contínua da segurança da rede e dos dados, com foco na implementação de políticas robustas de cópia de segurança e recuperação (*disaster recovery*), garantindo a continuidade do serviço público;
- **Sustentabilidade e Eficiência (Green IT):** Manutenção das políticas de redução da pegada ecológica, privilegiando a aquisição de equipamentos de elevada eficiência energética e consolidando a política de "papel zero";
- **Monitorização da Qualidade do Serviço:** Continuidade na aferição da qualidade do atendimento prestado a cidadãos e entidades, utilizando esses indicadores como base para a simplificação de processos e melhoria da experiência do utente;
- **Valorização da Capacitação e Cultura Organizacional:** Aposta na formação contínua e no reforço de competências (digitais e de gestão), promovendo o desenvolvimento de melhores práticas e fomentando uma cultura organizacional de inovação e excelência.

As presentes medidas têm como objetivo alcançar resultados que favoreçam ganhos de eficiência, os quais, por sua vez, resultarão em uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados, representando uma oportunidade para a promoção de uma Administração Pública mais eficaz, caracterizada pela simplicidade, transparência e inovação na prestação de serviços ao cidadão.

9 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Tendo como prioridade a promoção de uma cultura de segurança e a garantia de informação fidedigna ao cidadão, o SRPC, IP-RAM elenca as iniciativas de publicidade institucional a desenvolver, em conformidade com o n.º 2 do art.º 7.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.

Em 2026, a estratégia comunicacional focará na proximidade digital, na prevenção comportamental e no combate à desinformação, através das seguintes ações:



- **Produção de Conteúdos Multimédia e Digitais:** Criação e disseminação de campanhas audiovisuais dinâmicas para as redes sociais e canais digitais, adaptadas aos novos formatos de consumo de informação, visando sensibilizar a população para os riscos sazonais (incêndios rurais, aluviões, ondas de calor) e medidas de autoproteção;
- **Capacitação da Comunidade (Gestos que Salvam Vidas):** Consolidação e alargamento das ações de sensibilização em Suporte Básico de Vida no âmbito do projeto "Gestos que Salvam Vidas", reforçando o papel do cidadão como primeiro agente de proteção civil;
- **Promoção da Cultura de Segurança:** Desenvolvimento de iniciativas de participação pública que difundam o conhecimento sobre matérias de proteção civil, educando para o risco e preparando a população para atuar de forma resiliente em cenário de acidente ou catástrofe;
- **Comunicação de Crise e Combate à Desinformação:** Reforço dos canais oficiais como fonte primária de verdade, assegurando uma comunicação célere, transparente e esclarecedora junto da Comunicação Social e do público em geral, mitigando o impacto de notícias falsas em situações de emergência;
- **Acessibilidade na Comunicação:** Adoção progressiva de práticas de comunicação inclusiva nos materiais institucionais, garantindo que a informação de segurança e socorro é compreensível para o maior número possível de cidadãos.
- Reforço e diversificação dos canais de comunicação com a população, ajustando as mensagens e meios à realidade demográfica da RAM.

Estas ações visam não apenas cumprir o dever de informar, mas envolver ativamente a comunidade na sua própria segurança, fortalecendo a confiança nas instituições de socorro.



10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

No âmbito da missão de salvaguarda de pessoas e bens na Região Autónoma da Madeira, a estratégia operacional definida para 2026 visa a consolidação de um sistema regional resiliente e de resposta pronta. A atividade do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM) pautar-se-á pelo reforço dos mecanismos de coordenação entre os diversos Agentes de Proteção Civil, assegurando a continuidade do apoio financeiro e logístico aos Corpos de Bombeiros, par a par com o exercício rigoroso das competências de inspeção e auditoria técnica.

A operacionalidade do serviço contemplará, prioritariamente, a otimização da resposta a pedidos de socorro e emergência médica em toda a Região, bem como a gestão e modernização contínua do Sistema Regional de Aviso e Alerta à população. O plano de atividades integra ainda o exercício da autoridade regional em matéria de Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE), a dinamização e operacionalização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil (PREPCRAM) e uma forte aposta na vertente da cidadania, através da formação especializada para agentes de proteção civil e de campanhas de sensibilização dirigidas à população. A concretização desta estratégia será monitorizada através dos objetivos infra elencados:

Tabela 10 Objetivos Estratégicos e Operacionais

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1 – Reforçar a resiliência e a preparação da RAM através de um mecanismo integrado de prevenção, antecipação e resposta
	OE2 – Garantir uma gestão operacional tecnologicamente avançada para um socorro rápido, eficaz e eficiente
	OE3 – Modernizar, integrar e otimizar os sistemas, processos e capacidades do SRPC, IP-RAM para uma gestão pública eficiente e inovadora
	OE4 – Desenvolver capacidades e competências nas estruturas dos serviços e agentes do Sistema Regional de Proteção Civil
	OE5 – Promover uma cultura de proteção civil próxima do cidadão, inclusiva e baseada na cooperação institucional



OBJETIVOS OPERACIONAIS

001 – Consolidar e operar dispositivos operacionais, interoperáveis para riscos multissetoriais, com base numa matriz integrada de resposta

002 – Reforçar C3I e implementar soluções tecnológicas e de inteligência para apoio à decisão no CROS

003 – Promover a modernização, desmaterialização e eficiência da gestão interna

004 – Elevar os níveis de formação, treino e qualificação dos Serviços e Agentes de Proteção Civil

005 – Promover educação para o risco, campanhas de proximidade e sistemas inclusivos de aviso e alerta

006 – Reforçar a capacitação, articulação, regulação e eficiência na resposta dos Corpos de Bombeiros da RAM, promovendo funcionamento em rede e complementaridade

Missão: Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens.

OE1

Reforçar a resiliência e a preparação da RAM através de um mecanismo integrado de prevenção, antecipação e resposta

001 – Consolidar e operar dispositivos operacionais, interoperáveis para riscos multissetoriais, com base numa matriz integrada de resposta

OE2

Garantir uma gestão operacional tecnologicamente avançada para um socorro rápido, eficaz e eficiente

002 – Reforçar C3I e implementar soluções tecnológicas e de inteligência para apoio à decisão no CROS

OE3

Modernizar, integrar e otimizar os sistemas, processos e capacidades do SRPC, IP-RAM para uma gestão pública eficiente e inovadora

003 – Promover a modernização, desmaterialização e eficiência da gestão interna

OE4

Desenvolver capacidades e competências nas estruturas dos serviços e agentes do Sistema Regional de Proteção Civil

004 – Elevar os níveis de formação, treino e qualificação dos Serviços e Agentes de Proteção Civil

006 – Reforçar a capacitação, articulação, regulação e eficiência na resposta dos Corpos de Bombeiros da RAM, promovendo funcionamento em rede e complementaridade

OE5

Promover uma cultura de proteção civil próxima do cidadão, inclusiva e baseada na cooperação institucional

005 – Promover educação para o risco, campanhas de proximidade e sistemas inclusivos de aviso e alerta

EFICÁCIA

EFICIÊNCIA

QUALIDADE

Os objetivos aqui definidos constituem um seguimento lógico das políticas e medidas desenvolvidas nas legislaturas anteriores, com os devidos ajustamentos previstos no Programa do XVI Governo Regional da Madeira, integrando igualmente os contributos das várias unidades orgânicas do SRPC, IP-RAM.



10.1 INDICADORES PREVISTOS NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS (QUAR)

OBJETIVOS OPERACIONAIS:

OO1: Consolidar e operar dispositivos operacionais, interoperáveis para riscos multissetoriais, com base numa matriz integrada de resposta

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.1	Atualização da Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira	12	0	1
Ind.2	Consolidação e Aprovação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira	9	1	1
Ind.3	Elaboração da I - Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva e Implementação da Plataforma Regional para a Redução do Riscos de Catástrofes	12	0	1
Ind.4	Taxa de cumprimento do plano de auditorias a entidades de Transporte de Doentes Não Urgente	95%	2%	125%
Ind.5	N.º de Planos Prévios de Intervenção (PPI) aprovados	2	1	6

OO2: Reforçar C3I e implementar soluções tecnológicas e de inteligência para apoio à decisão no CROS

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.6	N.º de valências integradas no <i>Intelligence Hub</i>	3	1	6
Ind.7	Implementação do Sistema de Gestão de Operações (SGO) da RAM	12	0	1
Ind.8	Taxa de implementação da operação "NADAIR - Núcleo de Apoio à Decisão e Análise Integrada de Riscos"	70%	10%	100%


OO3: Promover a modernização, desmaterialização e eficiência da gestão interna.

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.9	N.º de relatórios de execução orçamental enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio do reporte à UG	12	0	24
Ind.10	Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (NP 9001:2015) - 2.ª auditoria de acompanhamento	9	1	7
Ind.11	Elaboração da proposta do Decreto Legislativo que procede à alteração da Orgânica do SRPC, IP-RAM	11	1	1
Ind.12	Revisão do Código de Ética e Conduta do SRPC, IP-RAM	10	1	1
Ind.13	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCIE, dentro do prazo de 15 dias úteis	95%	2%	100%
Ind.14	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis	90%	2%	100%

OO4: Elevar os níveis de formação, treino e qualificação dos Serviços e Agentes de Proteção Civil

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.20	Taxa de execução do Plano de Formação e Treino Operacional	85%	5%	125%
Ind.21	Taxa de trabalhadores do SRPC, IP-RAM que se consideram mais aptos após a formação	85%	5%	100%
Ind.22	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação e treino operacional	85%	5%	100%
Ind.23	N.º de exercícios LIVEX, TTX e CPX realizados	11	2	22


OO5: Promover educação para o risco, campanhas de proximidade e sistemas inclusivos de aviso e alerta

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.24	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes)	95%	2%	100%
Ind.25	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade	300	50	522

OO6: Reforçar a capacitação, articulação, regulação e eficiência na resposta dos Corpos de Bombeiros da RAM, promovendo funcionamento em rede e complementaridade

Indicadores		Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico
Ind.15	Elaboração das peças do procedimento do Concurso Público para a aquisição de 11 ambulâncias	6	0	1
Ind.16	Taxa de renovação dos equipamentos de rádios SIRESP das Forças de Empenhamento Permanente	90%	0%	100%
Ind.17	Número de lotes contratados no âmbito da reabilitação e recuperação dos quartéis propriedade do SRPC, IP-RAM	3	1	6
Ind.18	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas	10	0	20
Ind.19	Número de ações de Fiscalização e Acompanhamento ao Modelo de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros da RAM	7	0	14



10.2 FONTES DE VERIFICAÇÃO

Indicadores		Fontes de Verificação
Ind.1	Atualização da Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico
Ind.2	Consolidação e Aprovação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico
Ind.3	Elaboração da I - Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva e Implementação da Plataforma Regional para a Redução do Riscos de Catástrofes	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico
Ind.4	Taxa de cumprimento do plano de auditorias a entidades de Transporte de Doentes Não Urgente	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico
Ind.5	N.º de Planos Prévios de Intervenção (PPI) aprovados	Publicação dos Planos
Ind.6	N.º de valências integradas no <i>Intelligence Hub</i>	Plataforma
Ind.7	Implementação do Sistema de Gestão de Operações (SGO) da RAM	Publicação do documento do Sistema de Gestão de Operações
Ind.8	Taxa de implementação da operação "NADAIR - Núcleo de Apoio à Decisão e Análise Integrada de Riscos"	Memória Descritiva da Operação (atividades previstas) e Dossier de Projeto com evidências da execução física das atividades
Ind.9	Número de relatórios de execução orçamental enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio do reporte à UG	Relatórios de Execução
Ind.10	Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (NP 9001:2015) - 2.ª auditoria de acompanhamento	Relatório de auditoria
Ind.11	Elaboração da proposta do Decreto Legislativo que procede à alteração da Orgânica do SRPC, IP-RAM	Registo de saída/envio da proposta de Criação de Carreira para aprovação superior.
Ind.12	Revisão do Código de Ética e Conduta do SRPC, IP-RAM	Registo de saída/envio da proposta de Revisão do Código de Ética e Conduta para aprovação superior.
Ind.13	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCIE, dentro do prazo de 15 dias úteis	Registos no mapa de situação da DSCIE



Ind.14	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis	Registos no mapa de situação da DSCIE
Ind.15	Elaboração das peças do procedimento do Concurso Público para a aquisição de 11 ambulâncias.	Peças do procedimento do concurso
Ind.16	Taxa de renovação dos equipamentos de rádios SIRESP das Forças de Empenhamento Permanente.	Relatório de Inspeção
Ind.17	Número de lotes contratados no âmbito da reabilitação e recuperação dos quartéis propriedade do SRPC, IP-RAM	Contratos
Ind.18	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas	Relatórios de Inspeção
Ind.19	Número de ações de Fiscalização e Acompanhamento ao Modelo de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros da RAM	Relatórios
Ind.20	Taxa de execução do Plano de Formação e Treino Operacional	<i>Dashboard</i> da Formação e Treino
Ind.21	Taxa de trabalhadores do SRPC, IP-RAM que se consideram mais aptos após a formação	<i>Dashboard</i> da Formação e Treino
Ind.22	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação e treino operacional	<i>Dashboard</i> da Formação e Treino
Ind.23	Nº de exercícios LIVEX, TTX e CPX realizados	Relatórios
Ind.24	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes)	Email
Ind.25	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade	Informação

QUALIDADE

Peso: 30%

OO4: Elevar os níveis de formação, treino e qualificação dos Serviços e Agentes de Proteção Civil													Peso:	55%
Indicadores		Realizado 2023	Realizado 2024	Realizado 2025	Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.20	Taxa de execução do Plano de Formação e Treino Operacional	75%	81%	-	85%	5%	125%	25%	DF	Quantitativo – Percentagem (Contabilização do número de ações de formação realizadas /número total de ações de formação projetadas no cronograma) x 100		0%	Não atingiu	-100%
Ind.21	Taxa de trabalhadores do SRPC, IP-RAM que se consideram mais aptos após a formação	-	-	-	85%	5%	100%	25%	DF	Quantitativo – Percentagem (Contabilização do número de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação /número total de formandos participantes na formação) x 100		0%	Não atingiu	-100%
Ind.22	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação e treino operacional	-	-	-	85%	5%	100%	25%	DF	Quantitativo – Percentagem (Contabilização do número de trabalhadores que se consideram mais aptos após a frequência da formação /número total de trabalhadores participantes na formação) x 100		0%	Não atingiu	-100%
Ind.23	Nº de exercicios LIVEX, TTX e CPX realizados	8	10	-	11	2	22	25%	DPOC	Quantitativo- Contagem Contabilização do número de exercicios realizados		0%	Não atingiu	-100%
Taxa de Realização do OO4														0%

OO5: Promover educação para o risco, campanhas de proximidade e sistemas inclusivos de aviso e alerta													Peso:	45%
Indicadores		Realizado 2023	Realizado 2024	Realizado 2025	Meta 2026	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.24	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes)	96%	99%	-	95%	2%	100%	50%	SEMER	Quantitativo – Percentagem (Contabilização do número de itens do IS pontuados com nível satisfeito/Número total de itens)x100		0%	Não atingiu	-100%
Ind.25	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade	68	112	-	300	50	522	50%	DF	Quantitativo – Contagem Contabilização do número de ações implementadas		0%	Não atingiu	-100%
Taxa de Realização do OO5														0%

Objectivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento		OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6							
Objetivo Estratégico 1		X												
Objetivo Estratégico 2			X											
Objetivo Estratégico 3				X										
Objetivo Estratégico 4					X		X							
Objetivo Estratégico 5						X								

OBJETIVOS RELEVANTES nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Objetivos Relevantes
Eficácia				
OO1 : Consolidar e operar dispositivos operacionais, interoperáveis para riscos multissetoriais, com base numa matriz integrada de resposta	15%	100%	15%	
Eficiência				
OO2: Reforçar C3I e implementar soluções tecnológicas e de inteligência para apoio à decisão no CROS	55%	50%	28%	x
OO3: Modernizar e desmaterializar processos internos, integrando sistemas de informação e lições aprendidas		25%	14%	
OO6: Reforçar a capacitação, articulação, regulação e eficiência na resposta dos Corpos de Bombeiros da RAM, promovendo funcionamento em rede e complementaridade		25%	14%	
Qualidade				
OO4: Elevar os níveis de formação, treino e qualificação dos Serviços e Agentes de Proteção Civil	30%	55%	17%	x
OO5: Promover educação para o risco, campanhas de proximidade e sistemas inclusivos de aviso e alerta		45%	14%	
Total	100%	Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes		100%

RECURSOS HUMANOS									Dias úteis 2026	251
DESIGNAÇÃO	Pontuação	Pontuação efetivos Planeados para 2026			Pontuação efetivos Executados para 2025			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	3	753	60	3	753	60			
Dirigentes - Direção Intermédia	16	17	4267	272	16	4016	256			
Técnico Superior	12	29	7279	348	29	7279	348			
Coordenador Técnico	9	2	502	18	2	502	18			
Assistente Técnico (inclui Técnicos de Informática)	8	29	7279	232	29	7279	232			
Assistente Operacional	5	7	1757	35	7	1757	35			
	70	87	21 837	965	86	21 586	949	0	98%	99%

RECURSOS FINANCEIROS										
DESIGNAÇÃO		Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (.....)	Execução (31.dez.2025)	Desvio Executado / Disponível (31.12.2025)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)		12 097 412,00 €	10 056 612,00 €	10 056 612,00 €						
Despesas c/Pessoal		6 411 088,00 €	5 369 838,00 €	5 369 838,00 €						
Aquisições de Bens e Serviços		1 165 113,00 €	1 165 113,00 €	1 165 113,00 €						
Outras despesas correntes		2 777 164,00 €	1 777 614,00 €	1 777 614,00 €						
Despesas de Capital		1 744 047,00 €	1 744 047,00 €	1 744 047,00 €						
Orçamento de Investimento (OI)		26 118 292,00 €	18 946 478,00 €	18 946 478,00 €						
Despesas c/Pessoal		0,00 €	0,00 €	0,00 €						
Aquisições de Bens e Serviços		5 701 681,00 €	5 278 529,00 €	5 278 529,00 €						
Outras despesas correntes		8 099 893,00 €	7 999 893,00 €	7 999 893,00 €						
Despesas de Capital		12 316 718,00 €	5 668 056,00 €	5 668 056,00 €						
Outros valores										
Total (OF+OI+OV)		38 215 704,00 €	29 003 090,00 €	29 003 090,00 €	- €	- €	- €	0%	0%	0%

AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2025				
	Âmbito	Eficácia Ponderação: 20%		Eficiência Ponderação : 50%
	Quantitativa			
	Qualitativa			

Ref.:	Descritivo	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
Ind.1	Atualização da Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.2	Consolidação e Aprovação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.3	Elaboração da I - Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva e Implementação da Plataforma Regional para a Redução do Riscos de Catástrofes	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.4	Taxa de cumprimento do plano de auditorias a entidades de Transporte de Doentes Não Urgente	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.5	N.º de Planos Prévios de Intervenção (PPI) aprovados	Publicação dos Planos	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.6	N.º de valências integradas no Intelligence Hub	Plataforma	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.7	Implementação do Sistema de Gestão de Operações (SGO) da RAM	Publicação do documento do Sistema de Gestão de Operações	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.8	Taxa de implementação da operação "NADAIR - Núcleo de Apoio à Decisão e Análise Integrada de Riscos"	Memória Descritiva da Operação (atividades previstas) e Dossier de Projeto com evidências da execução física das atividades	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.9	Número de relatórios de execução orçamental enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio do reporte à UG	Relatórios de Execução	Dois relatórios mensais
Ind.10	Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (NP 9001:2015) - 2.ª auditoria de acompanhamento	Relatório de auditoria	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.11	Elaboração da proposta do Decreto Legislativo que procede à alteração da Orgânica do SRPC, IP-RAM	Registo de saída/envio da proposta de Criação de Carreira para aprovação superior.	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.12	Revisão do Código de Ética e Conduta do SRPC, IP-RAM	Registo de saída/envio da proposta de Revisão do Código de Ética e Conduta para aprovação superior.	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.13	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCIE, dentro do prazo de 15 dias úteis	Registos no mapa de situação da DSCIE	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.14	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis	Registos no mapa de situação da DSCIE	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.15	Elaboração das peças do procedimento do Concurso Público para a aquisição de 11 ambulâncias.	Peças do procedimento do concurso	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.16	Taxa de renovação dos equipamentos de rádios SIRESP das Forças de Empenhamento Permanente.	Relatório de Inspeção	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.17	Número de lotes contratados no âmbito da reabilitação e recuperação dos quartéis propriedade do SRPC, IP-RAM	Contratos	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.18	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas	Relatórios de Inspeção	Dobro das inspeções planeadas
Ind.19	Número de ações de Fiscalização e Acompanhamento ao Modelo de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros da RAM	Relatórios	Duas ações por Associação Humanitária de Bombeiros da RAM
Ind.20	Taxa de execução do Plano de Formação e Treino Operacional	Dashboard da Formação e Treino	Patamar de excelência
Ind.21	Taxa de trabalhadores do SRPC, IP-RAM que se consideram mais aptos após a formação	Dashboard da Formação e Treino	Todos os trabalhadores que frequentem formação
Ind.22	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação e treino operacional	Dashboard da Formação e Treino	Todos os formandos que frequentem formação e treino operacional
Ind.23	Nº de exercícios LIVEX, TTX e CPX realizados	Relatórios	Dobro dos exercícios planeados
Ind.24	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes)	Email	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.25	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade	Informação	Duas ações por dia útil de 2026